

Lula se sentiu traído por Marina em decisão do Ibama, dizem interlocutores

Presidente não teria sido informado que órgão negaria licença para exploração na foz do Amazonas

Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se sentiu traído com a publicação da decisão do Ibama que negou o licenciamento ambiental para a perfuração de poço de petróleo pela Petrobras na foz do Amazonas.

Lula esperava que a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) o informasse previamente sobre a decisão, para que ele pudesse costurar uma saída política para a questão junto ao Ministério de Minas e Energia.

A informação foi confirmada por interlocutores do Ministério do Meio Ambiente, do partido de Lula e da presidência da Petrobras.

Marina, no entanto, insistiu que a decisão do Ibama seria técnica e não estaria sujeita a ingerência política.

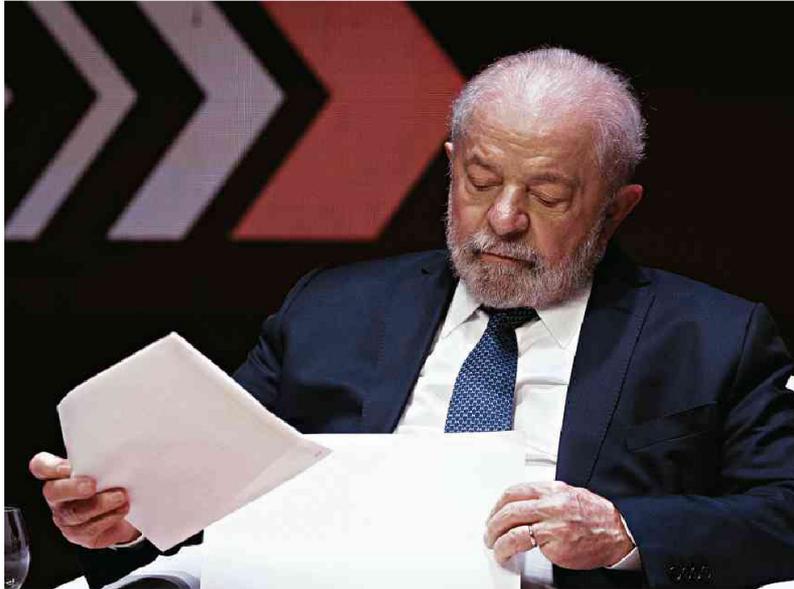
A decisão foi publicada em 17 de maio, quando Lula estava no Japão para o encontro do G7. Os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) precisaram aguardar o retorno do presidente ao país para tentar reverter a situação, o que aumentou o custo político da mediação com o Meio Ambiente, inspirando a fritura de Marina Silva.

Segundo fontes do governo, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, deve mediar um acordo entre a pasta de Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, que deve ser assinado por Lula.

A Petrobras pretende apresentar ainda nesta semana um recurso ao Ibama para tentar reverter a decisão, mas o presidente da empresa, Jean Paul Prates, deve manter uma postura neutra na briga política.

Há pouco espaço de negociação para o Meio Ambiente em um possível acordo, que já conta com o alinhamento entre Minas e Energia e a Casa Civil, na avaliação de interlocutores da pasta ambiental.

Os três ministros e o presidente do Ibama já se reuniram na última terça-feira (23) no Planalto, quando o Ministério do Meio Ambiente reforçou a posição de que a decisão do Ibama era técnica e precisava ser obedecida — o que significa, na prática, que o Minis-



O presidente Lula em evento na Fiesp, em São Paulo, nesta quinta-feira (25) Bruno Santos/Folhapress

tério de Minas e Energia deve providenciar a AAAS (Avaliação Ambiental de Área Sedi-mentar) como condição para avançar no licenciamento.

No dia seguinte ao encontro dos ministros, a comissão mista do Congresso aprovou a medida provisória 1.154, com um esvaziamento da pasta do Meio Ambiente.

A proposta, que segue para o plenário da Câmara, transfere a outros ministérios competências típicas da pasta do Meio Ambiente, como o administração do CAR (Cadastro Ambiental Rural), da ANA (Agência Nacional de Águas) e dos sistemas de gestão de resíduos sólidos e saneamento básico.

A sequência dos eventos foi lida por interlocutores da pasta ambiental como um jogo combinado para desgastar o nome de Marina, visto por aliados políticos do presidente como obstáculo aos projetos do governo.

‘Esquartejamento’ da política ambiental é criticado em carta

Um manifesto assinado por 790 entidades —entre ONGs, universidades, movimentos sociais e associações— pede a líderes políticos em Brasília que corrijam equívocos na MP 1.154, cuja versão aprovada pela comissão mista do Congresso na quarta-feira (24) esvaziou o MMA (Ministério do Meio Ambiente) e o MPI (Ministérios dos Povos Indígenas).

“Votar a favor desses equívocos significa apoiar a diminuição da capacidade de o Brasil combater o desmatamento, de assegurar o equilíbrio no uso múltiplo das águas e de garantir a efetividade dos direitos constitucionais dos povos indígenas e a tutela dos direitos humanos”, diz a carta.

“Não há qualquer razão administrativa que justifique o esquartejamento do MMA e

a redução de poder do MPI”, diz trecho do texto.

Os pontos criticados são a retirada de competências do MMA sobre o CAR (Cadastro Ambiental Rural), a ANA (Agência Nacional de Águas) e a gestão de resíduos sólidos e saneamento, além de perda de duas atribuições fundamentais do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas: a demarcação de terras indígenas e a administração da Funai.

A aprovação do texto contou com o apoio do governo, o que abriu a porta para outras duas pautas ambientais. Também na quarta-feira (24), a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para a tramitação do PL 490, que estabelece um marco temporal para o reconhecimento de terras indígenas.

Os deputados também votaram a incluir emendas ambientais na MP 1.150, que foi aprovada pelo plenário da Câmara com uma flexibiliza-

“Se o meio ambiente e a proteção aos direitos indígenas estão ameaçados, eu fico imaginando qual o compromisso de Lula

Anna Cavazzini vice-presidente da delegação para relações com o Brasil no Parlamento Europeu

ção da Lei da Mata Atlântica — trecho que havia sido retirado da matéria no Senado. A MP vai para a sanção presidencial.

No Twitter, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, afirmou que o presidente Lula deve vetar o trecho que flexibiliza a lei.

Otuite de Hoffmann, no entanto, só veio após uma avalanche de críticas ao PT. Na noite de quarta-feira, a página da bancada petista no Senado comemorou a aprovação da MP 1.154 pela comissão mista. “Vitória!”, afirmou o partido no Twitter, gerando indignação de apoiadores, especialmente de ala ambientalista.

“Podiam fingir revolta, hein”, comentou o perfil do Observatório do Clima, rede de mais de 90 organizações socioambientais, em resposta ao tuite petista. Nesta quinta (25), Gleisi recorreu também ao Twitter para redirecionar o partido.

“Sobre o atraso ocorrido ontem no Congresso, vamos trabalhar para que seja revertido. Se for preciso, vamos ao STF para reaver a estrutura do meio ambiente e povos indígenas”, ela afirmou. No mesmo tuite, a presidente do PT afirmou que o partido fará pressão contrária ao PL 490.

O conjunto de aprovações ambientais no mesmo dia chocou ambientalistas também internacionalmente. “Se o meio ambiente e a proteção aos direitos indígenas estão ameaçados, eu fico imaginando qual o compromisso de Lula”, afirmou a folha a eurodeputada alemã Anna Cavazzini, vice-presidente da delegação para relações com o Brasil no Parlamento Europeu.

Outra manifestação, assinada pelas entidades que compõem o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), afirma que as medidas ambientais aprovadas pelo Congresso atendem “aos interesses de diversos setores econômicos e políticos que estão presos a um passado associado à degradação e negação da gravidade das crises ambientais”.

Os parlamentares reunidos na frente parlamentar dos povos indígenas também se pronunciaram por carta, reunindo centenas de assinaturas de entidades e pessoas físicas. “Defendemos a necessidade de manutenção do texto original da medida provisória 1.154/23. Medida contrária irá inviabilizar a retomada das políticas públicas brasileiras, imprescindíveis para a garantia dos direitos da sociedade sobre o meio ambiente e dos direitos de povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais”, diz a carta.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations
Leia mais nas pág. B2, A4 e A5

Indígenas cobram ação para barrar esvaziamento de ministério

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO Lideranças indígenas cobram do presidente Lula (PT) empenho para reverter a decisão do Congresso Nacional que impõe o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas.

Entidades e lideranças reagiram com indignação à MP (Medida Provisória), aprovada nesta quarta-feira (24), na qual retira da pasta a demarcação de novas terras indígenas e transfere para o Ministério da Justiça.

A própria ministra Sônia Guajajara recordou, em posicionamento publicado no site da pasta, que Lula levou a pauta indígena para o centro de sua campanha eleitoral, em 2022. “Agora nós vemos este Congresso promovendo um verdadeiro ataque, num país que levou 523 anos para reconhecer a importância dos povos indígenas e menos de cinco meses para tentar nos calar e tutelar novamente”, afirmou.

Nesta quinta-feira (25), entidades que lutam pelo direito dos indígenas, acompanhadas por movimentos sociais e am-

bientalistas, se reuniram em Brasília para discutir estratégias que devem ser tomadas na tentativa de reverter a decisão do Congresso.

Os movimentos também se manifestaram em nota com tom crítico e de cobrança ao Executivo.

Para Beto Marujo, membro da Coordenação da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, se a MP for aprovada, o Ministério dos Povos Indígenas será uma instância do governo “sem nenhuma efetividade”.

“Lula, por estar acado com pautas de interesse do governo, abriu mão de questões importantes do meio ambiente e dos direitos indígenas, como forma de negociação. É um retrocesso e irresponsabilidade conceder esta iniciativa ao Congresso”, afirmou Marujo, que ainda classificou o Legislativo como anacrônico.

“Só é possível [reverter] se Lula entrar nesta articulação. Foi o presidente que se elegeu com o discurso da questão ambiental convalidado no mundo. Vamos esperar, mas em nenhum momento acha-

mos que seria fácil [defender os direitos indígenas] com ou sem governo Lula”, diz.

Outro revés, ainda na noite desta quarta, foi o pedido de urgência aprovado pela Câmara para acelerar a tramitação do projeto do marco temporal, que limita a demarcação de terras indígenas aos territórios ocupados até a promulgação da Constituição de 1988.

A estratégia dos deputados é se antecipar ao julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o marco temporal. A Frente Parlamentar Agropecuária e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) são simpáticos à tese.

“Sabemos que o cenário está muito ligado aos grileiros e madeireiros”, diz Marujo.

A advogada Juliana de Paula Batista, do Instituto Socioambiental (ISA), afirma considerar que o projeto de lei é inconstitucional e contém ameaça ao equilíbrio climático, além do direito dos indígenas.

“Visa transformar a demarcação em uma corrida de obstáculos sem fim e abrir terras indígenas para atividades altamente impactantes.

“Vemos este Congresso promovendo um verdadeiro ataque, num país que levou 523 anos para reconhecer a importância dos povos indígenas

Sônia Guajajara ministra dos Povos Indígenas

As demarcações de terras poderão ser inviabilizadas e as terras já regularizadas serão destruídas”, afirma.

Kleber Karipuna, coordenador executivo da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), promete uma série de protestos em todo o país na próxima terça-feira (30), mesmo dia em que será votado o mérito do projeto do marco temporal.

A deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG) pretende convocar os povos originários para uma audiência na Câmara, também no dia 30.

“Se a gente não conseguir entrar na Câmara, vamos fazer manifestações na frente do Congresso. Estaremos em 300, 400 [pessoas] em Brasília, mas terá protesto nos municípios”, declara Karipuna. “Vamos fechar rodovias, ferrovias. A gente está em Boa Vista terá 3.000 indígenas. Vamos mostrar nossa força”, afirma o coordenador da Apib.

As derrotas impostas pelo Congresso também provocaram manifestação da Funai (Fundação Nacional dos

Povos Indígenas), que disse, em nota, que a aprovação da MP irá enfraquecer a administrativamente e aprofundar conflitos sociais.

“Retirar da Funai a competência de identificar, delimitar, demarcar e registrar as terras indígenas é fragmentar um processo administrativo que dialoga com outros eixos essenciais da política indígenista”, afirma o órgão.

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário) afirmou, em nota, que fará denúncias em âmbito internacional e nacional contra o Congresso. Diz, porém, que mantém confiança no STF.

A organização Greenpeace declarou que o governo perde a chance de reparar injustiças históricas com a desativação da pasta de Povos Indígenas e fez convite para a adesão de um abaixo-assinado contra o projeto do marco temporal. “No mesmo ano em que conquistamos a primeira ministra indígena da história do país, retiramos das mãos dos indígenas o poder de decidir sobre as suas próprias terras”, afirmou Danieley Aguiar.

Colaboração João Gabriel, de Brasília